



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Relatório INSP-2020-0180

BI-2020-0088

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 27/10/2020 **Hora:** 10:00 **Tipo:** Ação Direta

Motivo da inspeção: Seguimento

Inspetor responsável: António MR. Moutinho

Outros inspetores da IRA: Luís MAS. Machado

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto.

No local foi contactado o Sr. José Almerindo Ramos Freitas, proprietário da instalação.

Foi realizada uma ação inspetiva em 2018-05-08, da qual resultou o relatório INSP-2018-0031, de 07 de junho de 2018.

Foi remetida notificação para regularização de infrações com a referência SAI-N-2019-0006, de 2019-02-14.

Foi realizada uma visita às instalações, para verificar o ponto de situação da regularização das infrações detetadas e notificadas.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: José Almerindo Ramos Freitas

NIPC/NIF: 154157279

Sede/morada: Pico dos Loiros, nº 1

Código Postal: 9800-505

Freguesia: Velas

Concelho: Velas

Ilha: São Jorge

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Cascalheira do Pico dos Loiros

Endereço: Pico dos Loiros, nº 1

Código Postal: 9800-505

Freguesia: Velas

Concelho: Velas

Ilha: São Jorge

Atividade principal: 08121 - Extracção de saibro, areia e pedra britada



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Outras atividades:

Período de funcionamento:

Licenciamento da atividade: Alvará de Licença nº 1/DRA/2018

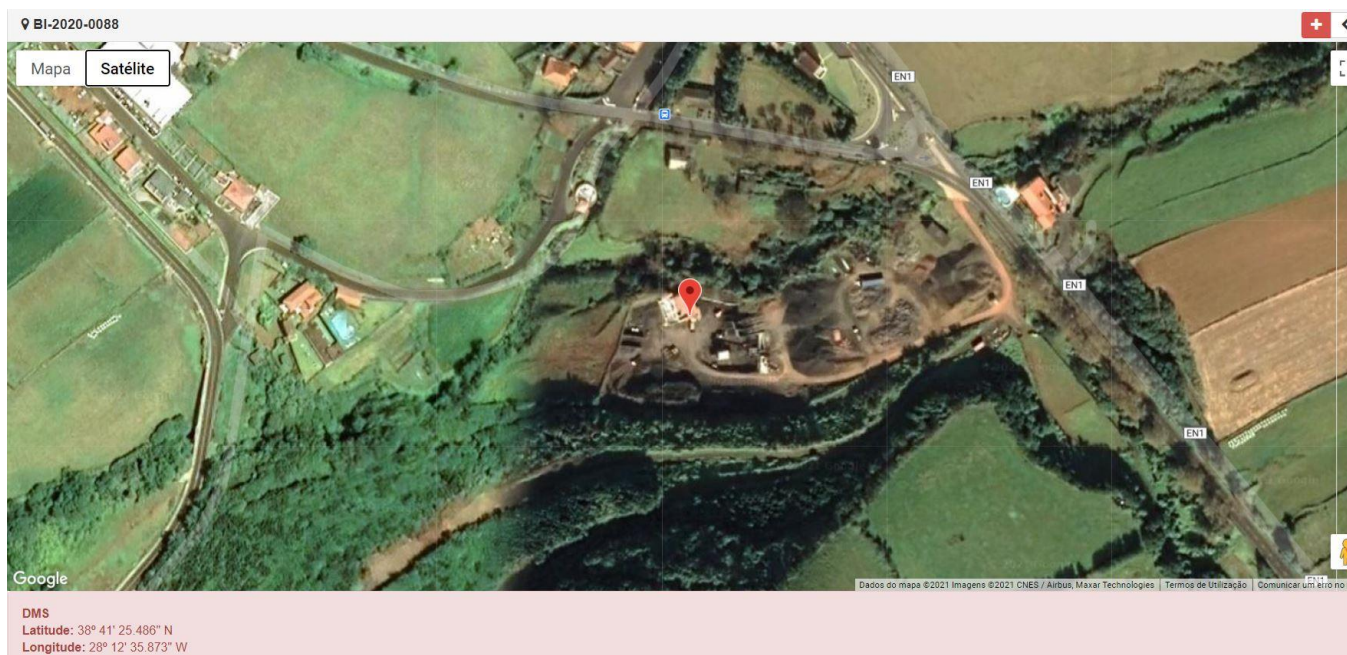


Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Situação observada

2.1 – Antecedentes

A entidade foi notificada em 2019-02-14 (SAI-N-2019-0006), para proceder à regularização das infrações detetadas na inspeção realizada em 2018-05-08 e descritas no Relatório INSP-2018-0031.

Infrações:

- a) A violação do disposto nos artigos 59.º a 60.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, sobre o incumprimento das regras de transporte de resíduos (Não preencheu guias de acompanhamento de resíduos, nos resíduos que encaminhou para a fábrica de rações), configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve prevista na alínea mm) do n.º 1 do artigo 229º do diploma citado;
- b) Preenchimento incompleto dos mapas de registo no SRIR (não inclusão dos resíduos de metais ferrosos (16 01 17) provenientes da oficina LPS Auto, Lda. no mapa relativo ao ano de 2016), de acordo com o estipulado no capítulo V do título II do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de contraordenação ambiental leve prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

- c) Incumprimento do dever de identificação dos contentores utilizados na armazenagem de resíduos, com nome comum e código LER, em violação do disposto na alínea f) do art.º 33.º do DLR n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve prevista na subalínea ii) da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado;
- d) A não implementação de um plano de controlo de roedores, o que viola o disposto no artigo nº 6 do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A de 17 de novembro, conjugado com a Portaria n.º 32/2015 de 13 de março, retificada pela Declaração n.º 4/2015 de 17 de março, configurando assim a prática de uma contraordenação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 11º do diploma citado;
- e) A não constituição de garantia financeira que permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade, em violação do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei nº 147/2008, de 29 de julho, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 26.º do diploma citado;
- f) Incumprimento, pelo operador de gestão de resíduos, dos termos e condições constantes do respetivo título, o que viola o disposto no n.º 4 do artigo 91.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de contraordenação ambiental grave prevista na ii) do nº 2 do art.º 229.º do diploma citado, nomeadamente das condições fixadas nas alíneas abaixo transcritas, dos nº 2 e 4 do Alvará de Licença para a realização de Operações de Gestão de Resíduos nº 1/DRA/ 2018:

2. *“Tipo e quantidade máxima de resíduos objeto das operações de gestão”;*

4. *“Condições a que ficam ... segurança:”*

- a) *“Existência de estruturas e dispositivos que impeçam o livre acesso à instalação, nomeadamente vedação e portão de entrada controlado, o qual se deve manter fechado fora das horas de funcionamento”;*
- b) *“Está afixado à entrada, em lugar visível do exterior, um painel onde consta a designação do operador e da instalação, os dias e horário de funcionamento da instalação e os contactos telefónicos e eletrónicos dos responsáveis pela instalação”;*
- c) *“As áreas de gestão estão delimitadas e identificadas por tipologia ou fluxo de resíduos”;*
- d) *“As áreas de armazenagem de matérias, primas, de produtos acabados e dos resíduos gerados internamente, estão delimitadas e identificadas”;*
- e) *“Está disponível um sistema de pesagem para quantificar e registar os resíduos admitidos”;*
- f) *“Estão fixados procedimentos de controlo de resíduos, nomeadamente quanto ao processo de admissão de resíduos, registo do acompanhamento do transporte rodoviário de resíduos e de carregamento da informação no Sistema Regional de Informação sobre Resíduos”;*



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

- h) *“Estão definidas e implementadas medidas que visam a segurança da circulação de viaturas na instalação e respetivos acessos”;*
- i) *“Estão definidas e implementadas medidas que minimizam a emissão e dispersão de poeiras”.*

2.2 – Descrição da situação observada

- Relativamente à infração descrita na alínea a), enviou comprovativo da sua regularização, passando a preencher e-GAR;
- Relativamente à infração descrita na alínea b), enviou comprovativo da sua regularização, passando a incluir todos os resíduos geridos no SRIR;
- Relativamente à infração descrita na alínea c), o operador cumpria parcialmente, uma vez que tinha identificação nos vários locais, no entanto os contentores o marítimo onde procedia à contentorização dos resíduos metálicos não estava identificado. Em 2020-11-06, enviou comprovativo com a identificação do contentor;
- Relativamente à infração descrita na alínea d), enviou comprovativo da sua regularização, tendo implementado um Plano de controlo de roedores;
- Relativamente à infração descrita na alínea e), enviou comprovativo da sua regularização, foi constituída a garantia bancária em 21 de janeiro de 2021;
- Relativamente à infração descrita na alínea f)
 - Subalínea 2 foi regularizada pela alteração do alvará;
 - Subalínea a) do ponto 4, foi regularizada passando a estar a entrada vedada com recurso a um cabo de aço que se mantém fechado fora das horas de serviço;
 - Subalínea b) do ponto 4, foi regularizada, a placa foi renovada;
 - Subalínea i) do ponto 4, foi regularizada, faz a rega dos caminhos durante a época seca,
 - Relativamente aos restantes incumprimentos ao Alvará de Licença para a realização de Operações de Gestão de Resíduos nº 1/DRA/ 2018, a empresa não conseguia cumprir, por falta de estruturas.

2.3 – Outras informações obtidas

Segundo informação enviada pelo proprietário, a empresa está neste momento em remodelação, nomeadamente instalando uma báscula, construindo baias, regularizando o terreno. No final do processo deverá ser efetuada uma inspeção para verificar quais as condições existentes e quais as que o operador deve solicitar alteração.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

Incumprimento, pelo operador de gestão de resíduos, dos termos e condições constantes do respetivo título, o que viola o disposto no n.º 4 do artigo 91.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de contraordenação ambiental grave prevista na ii) do n.º 2 do art.º 229.º do diploma citado, nomeadamente das condições fixadas nas alíneas abaixo transcritas, dos n.º 2 e 4 do Alvará de Licença para a realização de Operações de Gestão de Resíduos nº 1/DRA/ 2018:

- c) *“As áreas de gestão estão delimitadas e identificadas por tipologia ou fluxo de resíduos”;*
- d) *“As áreas de armazenagem de matérias, primas, de produtos acabados e dos resíduos gerados internamente, estão delimitadas e identificadas”;*
- e) *“Está disponível um sistema de pesagem para quantificar e registar os resíduos admitidos”;*
- f) *“Estão fixados procedimentos de controlo de resíduos, nomeadamente quanto ao processo de admissão de resíduos, registo do acompanhamento do transporte rodoviário de resíduos e de carregamento da informação no Sistema Regional de Informação sobre Resíduos”;*
- h) *“Estão definidas e implementadas medidas que visam a segurança da circulação de viaturas na instalação e respetivos acessos”;*

4 – Indicações e medidas adotadas

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☐ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Outra: Envio de ofício a informar que deve verificar as condições da instalação após as obras, com as condições impostas no Alvará de Licença para a realização de Operações de Gestão de Resíduos nº 1/DRA/ 2018;
-Realizar inspeção no terceiro quadrimestre de 2021 para verificar as condições do alvará.